

## **CAPÍTULO 5 – O LOGOS: A ESPECIFICAÇÃO DO PARADIGMA**

O modelo do logos normativo da racionalidade, como descrição ontológica da existência. – Objetivos: axiomatizar, justificar e descrever o modelo.

### **Apresentação**

Depois de três publicações dedicadas à especificação do logos normativo, a primeira em linguagem metodológica (1999), a segunda em perspectiva filosófica (2011) e a terceira de orientação metafísica (2016), todas tencionadas por preocupações didáticas, vamos, agora, tentar descrever esse paradigma de forma axiomática, procurando não apenas gerar a cadeia de “teoremas” logicamente sustentável implícita no modelo, mas também posicionar claramente as crenças básicas e as definições assumidas, de sorte a deixar, dentro do possível, tudo formalmente explicitado.

Ao leitor rigoroso, de formação científica, cumpre observar que a tese do logos normativo se inscreve tanto como paradigma civilizatório alternativo quanto como proposta de um novo paradigma científico, de maneira que se afigura supérfluo rebater o modelo com base em pressupostos da ciência atualmente vigente. Em particular, para ter acesso aos significados da tese, será necessário colocar de lado não a perspectiva de viés ontológico ou essencialista das ciências da natureza ou suas pretensões de rigor lógico e de objetividade, mas a crença no princípio da imanência, dado que esse princípio está baseado em concepção de mundo que limita o universo ao contido no espaço e, portanto, a uma instância existencial de amplitude tridimensional. Sendo essa limitação ao contido no espaço cartesiano ou ao contido no espaço-tempo da relatividade justamente o que o novo paradigma recusa e quer superar, não cabe, aqui, invocar uma suposta imanência ao mundo material.

Ao contrário, será necessário admitir um princípio formal e lógico de transcendência, que será formalmente especificado, em procedimento que esperamos realizar com sucesso no curso da axiomatização. A experiência nos mostra que são grandes as dificuldades envolvidas no reposicionamento mental que permite admitir o princípio de transcendência, particularmente para quem sempre tenha operado um princípio de imanência. Fosse fácil, os físicos já teriam encontrado a solução que propomos há muito tempo atrás. Para ajudar, acenamos com a possibilidade de superação dos paradoxos identificados pelos estudos quânticos do século XX. O modelo do logos que propomos deve solucionar tais paradoxos, preservando a mecânica quântica e a relatividade especial, sem abrir mão da objetividade tão cara à Física. Esperamos, ainda, que ele encaminhe solução para a teoria geral do campo unificado, tão sonhada por Einstein.

Apesar do atrativo dessas promessas, reconhecemos que esse reposicionamento mental não constitui uma operação trivial. Kuhn já alertou, em 1962, sobre as dificuldades de encontrar um cientista convertido a um novo paradigma, mas hoje, de modo diferente, contamos com a explicitação precisa do desafio envolvido. Estamos habituados a uma ciência que apenas pergunta pela composição e pelo funcionamento da matéria, e o logos agora nos convida

a dar um passo atrás, descer um nível no sentido da precedência do mundo e das coisas e perguntar sobre as condições existenciais dos fenômenos. Perguntar sobre o que pode ser entendido logicamente por existir neste universo bem como perguntar sobre virtuais modos de manifestação existencial admitidos neste universo e, eventualmente, sobre razões, limites, sentidos e negação do ato ou do fato de existir. Somente depois de esclarecer a condição existencial dos fenômenos, poderemos, eventualmente, abordar a questão da materialidade deles, esperando que, então, possamos fazê-lo com mais acuidade.

Compreendemos o logos normativo como sendo o conjunto das leis universais que regulam a existência neste universo – um universo relativo dentro do qual se constata a presença da espécie humana como fenômeno objetivo. Nessa concepção, o logos normativo, como esquema mental, representa a estrutura ontológica de toda a existência dotada de compleição relativa e, como objetividade extraconsciência, determina as condições segundo as quais a existência pode ocorrer neste universo.

Em razão desse papel normativo entendemos que o estudo do logos normativo constitui o objeto próprio e pertinente da Ontologia, bem de acordo com a percepção de René Guénon. Na verdade, o logos, como estrutura básica do existente, permite-nos também organizar os saberes que, historicamente, inauguram a árvore do conhecimento e que compreendem, normalmente, a Metafísica, a Ontologia e a Teologia. Dado que vamos tratar do logos neste capítulo, começemos organizando esse âmbito do saber.

O modelo do logos, ao preservar diferenças entre o objetivo e o subjetivo, adota dois sentidos de redução em busca das essencialidades primeiras. De um lado, trata-se de mergulho ontológico à procura do alicerce transcendental do ser, o que nos leva a distinguir e a conjugar, harmonicamente, o ser relativo com o “ser absoluto”. De outro lado, trata-se de distinguir entre aquilo que é pura possibilidade, por ser lógica e ontologicamente coerente, e aquilo que é efetiva realidade, por integrar as estruturas objetivas do existente. A Filosofia criou dois termos técnicos para indicar essa diferença: noético e eidético. Noético indica o que pertence ao plano da racionalidade humana e aos seus esquemas interpretativos e que, como tal, basta que seja meramente possível. Eidético, por sua vez, indica essencialidades pertencentes à estrutura objetiva do existente que, como tal, ultrapassam a mera possibilidade para integrar o efetivamente realizado no âmbito da existência. Por essa razão, a figura da árvore do conhecimento, incluída na p. 39 da obra *Filosofia: a arte de pensar* (RODRIGUES, 2011), aponta que a Metafísica comporta, como ramos derivados, a Ontologia e a Teologia, conforme já defendido por Heidegger. Mas isso apenas organiza o sentido ontológico, separando o que objetiva o ser relativo do que objetiva o ser absoluto. No outro sentido indicado, é preciso concordar com René Guénon, que, além de entender que a palavra metafísica serve apenas precariamente para designar esse âmbito do conhecimento, entende também que lhe basta o caráter de pura possibilidade para discorrer sobre seus objetos.

Assim, a organização conferida pelo logos à Filosofia sugere que a Ontologia deve tratar, precípua e eideticamente, das leis que regem a existência do ser relativo, e a Teologia deve tratar, também eideticamente, das condições existenciais do ser absoluto. Como resultado, a Metafísica propriamente dita

pode constituir-se em conhecimento meramente noético, e o conjunto todo ficar organizado com critérios claros.

O ganho imediato dessa organização criteriosa consiste em permitir localizar precisamente referências históricas a esse âmbito, tais como os *arithmoi arkhai* de Pitágoras, as formas puras de Platão, as ideias exemplares de Santo Agostinho, os *paradeigmata* do neoplatonismo, as ideias universais de Husserl ou o contexto de *mathésis magiste* de Mario Ferreira dos Santos.

Com isso, também a Ontologia fica bem definida tendo o logos normativo como objeto e fica também claramente localizada na fronteira entre a Metafísica e a Cosmologia, entendendo-se que esta última abarca todos os saberes inerentes aos fenômenos reais integrantes do mundo relativo e que, hoje, indicamos genericamente como ciências especializadas, da natureza, sociais e do homem. É, portanto, da Ontologia que vamos tratar, ao tentar formalizar axiomas da existência.

Como última nota sobre essa organização conquistada, cumpre observar que a posição conferida à Ontologia, por si só, justifica o papel paradigmático que conferimos ao logos normativo, na contemplação do mundo realizado e de tudo que existe nesse mundo.

### **Axiomas da existência<sup>(\*)</sup>**

1. Esta axiomatização é prova de que, neste universo, a inexistência absoluta é uma impossibilidade, logo, neste universo, a existência é, necessariamente, um fato.
2. A existência pode ser real ou potencial e permanente ou temporária. A existência real é, necessariamente, temporária; a existência permanente é, necessariamente, potencial. O potencial pode ser permanente ou temporário.
  - 2.1 O permanente é absoluto, e o temporário é relativo; o potencial pode ser absoluto ou relativo; o absoluto é, necessariamente, adimensional; o relativo possui, no mínimo, uma dimensão; logo, a existência pode ser tanto adimensional quanto dimensional.
  - 2.2 Tendo a existência instância relativa e instância absoluta e tendo em vista que contemplar simultaneamente tais instâncias, separando e distinguindo uma da outra, constitui propriedade métrica da geometria dimensional, configura-se justificado utilizar a geometria dimensional como referência para organizar e descrever o âmbito da existência.
3. A natureza do potencial é tornar-se real. A natureza do potencial absoluto é, necessariamente, tornar-se real. A passagem do potencial para o real implica limitação, portanto, em última instância, a existência real temporária deriva da existência potencial absoluta.
4. Epistemologicamente, a realidade pode ser objetiva ou subjetiva. A realidade objetiva compreende tudo o que tem existência real. A realidade subjetiva é interpretação humana da existência, que também tem existência, porém de caráter virtual. Portanto, a palavra mundo é epistemológica e designa toda a realidade, isto é, contempla tanto a realidade objetiva quanto a realidade subjetiva.

5. A palavra universo designa o conjunto dotado de existência real. O universo manifesta unidade, diversidade e organização. O universo é uma totalidade manifesta em diversidade fenomênica, e cada fenômeno compreende solução organizativa própria e demanda um campo existencial privativo.
  - 5.1 Complexidade significa organização crescentemente complexa. Tendo origem no adimensional, a existência real se estrutura do simples para o complexo, a partir de uma instância unidimensional. Complexidade crescente demanda amplitude existencial crescente como suporte, portanto, é indispensável o desdobramento reiterado de dimensões, para disponibilizar, no plano da existência real, a amplitude existencial exigida pela complexidade universal manifesta. A existência real não cabe em universo de menos dimensões.
6. A passagem do absoluto para o relativo ou a passagem do adimensional para o dimensional implica transcendência e limitação. Ao tornar-se existência real, o fenômeno desdobra e ocupa seu campo existencial, o qual se estende dimensionalmente até disponibilizar amplitude que comporte a complexidade factual do fenômeno. Sendo esse campo existencial dimensionalmente organizado, comporta cinco instâncias dimensionais complementares e irreduzíveis, que, em conjunto, definem o âmbito existencial do fenômeno e se revelam suficientes para viabilizar a complexidade e a diversidade manifestas.
  - 6.1 Designa-se transcendência a um movimento no âmbito existencial, no qual estão presentes três efeitos: ocorre uma mudança de natureza, a transcendência faz surgir o que, até então, não existia em dado plano de existência, e o movimento institui sempre uma unidade.
  - 6.2 Na transcendência do adimensional para o unidimensional, a natureza passa de potencial para real, surge uma presença ontológica real que não existia, e essa mesma presença denuncia um ser, necessariamente unitário.
  - 6.3 O desdobramento de cada uma das cinco instâncias dimensionais do campo existencial amplia possibilidades de complexificação do real. Em contrapartida e em consequência, cada instância implica e impõe limitação à livre manifestação do ser existente: na primeira dimensão, o absolutamente indiviso perde essa condição para dar lugar à individualidade do ser, que, assim, pode tornar-se real e manifesto. Na segunda dimensão, as infinitas alternativas potenciais de organização e de complexificação cedem lugar para uma estrutura específica, determinante e delimitante de espaços próprios de complexificação organizativa do fenômeno emergente. Na terceira dimensão, o existente adquire massa e sofre delimitação espacial. Na quarta dimensão, o existente sofre limitação temporal. Na instância de totalidade, o ser real sofre limitação existencial, de sorte a viabilizar a diversidade fenomênica universal.
  - 6.4 Cada uma das instâncias do campo existencial faculta ao existente certos conteúdos existenciais específicos e privativos, de maneira que a definição do campo existencial também pode ser feita pela análise das amplitudes dimensionais dos conteúdos que integram um fenômeno real qualquer. Essa análise exige que o campo existencial dimensionalmente

concebido contemple uma instância relativa à totalidade fenomênica e acuse conteúdos específicos apenas nas quatro primeiras instâncias dimensionais. Com isso, o modelo descritivo do campo existencial contempla as quatro primeiras instâncias, obtidas por reiterado desdobramento dimensional, mas, em lugar de desdobrar o que seria uma quinta dimensão, sofre descontinuidade e manifesta-se apenas como instância de totalidade fenomênica. Isso porque não se detectou conteúdo existencial algum dotado de amplitude pentadimensional, embora tenham sido detectados conteúdos próprios da totalidade.

6.4.1 A descontinuidade entre a quarta dimensão e a totalidade do fenômeno contempla também um salto transcendental, porque atende a todas as condições exigidas de um movimento transcendental. Dado que essa segunda transcendência presente no modelo configura uma transcendência entre as partes constitutivas e a totalidade do fenômeno, dado que a totalidade representa horizonte de evolução da parte e dado que a totalidade configura-se maior do que a soma das partes<sup>(1)</sup>, torna-se evidente a presença de um impulso para a complexidade, permeando toda a estrutura como forma de justificar esse salto transcendental.

6.4.1.1 O reiterado desdobramento de dimensões para viabilizar amplitudes existenciais crescentes bem como a transcendência do adimensional para o unidimensional também denunciam a presença de um impulso para a complexidade, estruturalmente embutido na configuração do campo existencial dimensionalmente concebido.

6.4.2 O impulso para a complexidade, ao fazer parte da estrutura constitutiva da existência real, estará também presente em todos os fenômenos reais, quaisquer que sejam seus estágios de complexificação, tencionando sempre o fenômeno a transcender o seu estado atual e buscar uma complexidade superior<sup>(2)</sup>.

6.5 O campo existencial assim especificado constitui modelo geométrico-dimensional aplicável a tudo que tem existência real. Nesse sentido, representa o único modo de manifestação existencial admitido no universo. Por isso, o modelo do campo existencial dimensionalmente organizado ganha foros de modelo e de linguagem inescapáveis.

7. O modelo do campo existencial, ao ser dimensionalmente organizado, capitaliza o aspecto formal e estático da Geometria e define o âmbito que o fenômeno ocupa no plano da existência real. Faz isso distinguindo cinco instâncias existenciais, cada uma delas dotada de amplitude privativa. Dado que o modelo é perpassado por um impulso para a complexidade, que “inunda” cada instância com um padrão de movimento típico decorrente e determinado pela amplitude ali vigente, em consonância com o fato de não se constatar no universo condição estática, cumpre definir a existência relativa como manifestação e, portanto, como movimento, e, assim, podemos conceituar existência real como manifestação/movimento presente no âmbito do universo.

7.1 Sendo o campo existencial constituído de cinco instâncias distintas e complementares, cada uma delas dotada de amplitude privativa, sendo a

existência manifestação, isto é, movimento, e tendo ainda em conta que cada instância dimensional, em razão da amplitude ali vigente, comporta um padrão específico e inconfundível de movimento, resulta que todo fenômeno presente no universo existe segundo cinco padrões ou modos existenciais distintos e complementares.

7.2 Sendo os padrões de movimento, em cada instância, determinados pela amplitude ali disponível e dado que a Geometria disponibiliza entes geométricos correspondentes e representativos das cinco amplitudes presentes no modelo, podemos compreender o padrão de movimento de cada instância, examinando as figuras geométricas correspondentes.

7.2.1 A reta ideal apresenta amplitude unidimensional. A reta resulta do deslocamento de um ponto em um mesmo sentido. Dado que o ponto é definido como um lugar no espaço desprovido de dimensão, fica clara a amplitude criada com esse deslocamento. Nessa amplitude, somente é possível um padrão de movimento, que comporta três momentos: no primeiro, o movimento surge; no segundo, o movimento se estende e persiste por algum tempo; e, no terceiro, o movimento cessa. Na amplitude unidimensional, nada mais é possível, além desse movimento de surgir/persistir/cessar.

7.2.1.1 O que no universo se comporta segundo o padrão de movimento de surgir de repente na existência, manifestar-se presente durante algum tempo e, depois, deixar de estar presente? O que se comporta assim é o ser dos fenômenos, um ser que, no caso do fenômeno humano, percebemos não estar mais presente quando velamos o corpo de um amigo, mas que pode ser estendido para o ser de qualquer coisa que seja relativa. Somente um absoluto está livre de comportar-se assim.

7.2.1.2 Dada a amplitude da instância unidimensional evidenciada pelo ponto, resulta necessário que, sendo estático ou potencial, o ser tem apenas amplitude adimensional, sendo unidimensional somente quando manifestação existencial real.

7.2.2 O plano ideal tem amplitude bidimensional. Podemos vislumbrar a amplitude presente no plano, imaginando uma reta ideal vertical à nossa frente, desdobrando-se para os dois lados, como um leque se abrindo. O próprio movimento de um leque se abrindo evidencia o padrão de movimento diversificador viabilizado e evidencia também a presença da simetria com um componente estrutural do plano, já que o que se oferece à direita admite também um correspondente à esquerda. Com isso, surge a diferença, e a amplitude disponível viabiliza o advento de estrutura determinante. O código genético e o modelo dimensional do campo existencial são exemplos de estruturas determinantes justamente recepcionadas em amplitude de duas dimensões.

7.2.3 O cubo se presta bem para indicar a tridimensionalidade, a qual envolve largura, altura e profundidade, como bem nos ensinou Platão antes e, depois, Descartes. A instância de três dimensões

viabiliza, como movimento próprio, um movimento circular esférico de desempenho tipicamente sistêmico, tal como aqueles encontrados nos organismos vivos e nas máquinas. A tridimensionalidade viabiliza o espaço e a matéria, e o movimento típico da instância se presta bem para indicar as interações de matéria com matéria, sob a lógica aristotélica do terceiro excluído.

7.2.4 A instância de quatro dimensões encontra sua melhor representação no cone espiralado. A quarta dimensão viabiliza o advento do tempo que, agindo sobre o movimento sistêmico da tridimensionalidade, não permite que o ciclo do sistema retorne ao ponto de partida, mas o recoloca em um ponto correspondente situado no futuro; daí a escolha do cone espiralado para representar o movimento típico da quarta dimensão. Esse padrão de movimento é tipicamente dialético, tendo em vista que relaciona tese e antítese na construção de uma síntese, a qual sempre se revela no tempo, permitindo assim a construção de uma história.

7.2.5 Escolhemos a figura geométrica da superfície da esfera para indicar a instância de totalidade, levando-se em conta que essa forma indica não apenas que o fenômeno atingiu completude, mas também que foi reestabelecida a unidade perdida no curso da busca por complexidade, com o movimento dispersivo da segunda dimensão. O padrão de movimento presente na superfície da esfera é de padrão integrador, unificador e complementar, ao contrário dos demais movimentos que são todos de padrão dicotômico. Na instância unitária da totalidade, não existe dicotomia, e o movimento que predomina é de padrão complementar.

7.2.5.1 A totalidade é sempre maior do que a soma das partes. Toda totalidade apresenta propriedades que não estão presentes nas partes, como, por exemplo, o avião voar e o automóvel transportar pessoas. Por isso, no caminho da complexidade, a passagem da quarta dimensão para a totalidade somente pode ser explicada pela presença de um salto transcendental. A instância de totalidade confere completude ao ser, por isso, na espécie humana, a totalidade responde pelo advento da consciência e justifica por que as suas propriedades não estão presentes nas partes constituintes, isto é, nas quatro dimensões de base do humano.

7.2.5.2 Surgindo a consciência como produto de um ato transcendental, fica esclarecido por que ela tem natureza distinta do organismo biológico que também faz parte do fenômeno humano, fica esclarecido que a consciência transcende o organismo biológico e se situa para além dele no caminho da complexidade e fica esclarecido, também, que é na relação transcendental entre cérebro e consciência que se situa o único ponto de contato entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo.

- 7.3 Em resumo, o modelo dimensional do campo existencial apresenta as seguintes características estruturais: compreende cinco instâncias diferenciadas em amplitude e em movimento existencial, ordenadas no sentido de complexidade crescente, a saber – uma instância de uma dimensão, uma instância de duas dimensões, uma instância de três dimensões, uma instância de quatro dimensões e uma instância de totalidade; toda a estrutura se alicerça em uma instância adimensional – embora a estrutura seja fechada, como sugere a figura da superfície da esfera usada para indicar a instância de totalidade, o modelo comporta três aberturas ou três pontos de relacionamento com o que lhe é exterior: a primeira dimensão admite uma relação transcendental com a instância adimensional que a precede no caminho da complexidade fenomênica, a quarta dimensão admite relações dialéticas de um fenômeno com seus pares (com quem compartilha o mesmo plano de existência) e, no topo da estrutura, a totalidade institui, por transcendência, uma existência de complexidade superior ao contido até a quarta dimensão.
- 7.4 Tendo em vista que os padrões de movimento vigentes em cada instância determinam manifestações existenciais próprias e diferenciadas, configura-se lícito concluir que o modelo de campo existencial descrito não apenas descreve, mas também normatiza a manifestação existencial no universo.
8. Na condição de modelo normativo universal, esse modelo precisa explicar tanto a organização do mundo objetivo quanto a organização do mundo subjetivo.
- 8.1 No plano subjetivo, o modelo dimensional do campo existencial vai manifestar-se como logos normativo da racionalidade humana e definir os padrões de pensamento facultados à espécie<sup>(3)</sup>.
- 8.2 No plano objetivo, o modelo dimensional do campo existencial vai superar o substrato de espaço-tempo proposto pela relatividade e disponibilizar um modelo metafísico de universo, composto de cinco instâncias dimensionais ordenadas no sentido de crescente amplitude.
- 8.2.1 Ao definir como se dá a existência real neste universo, o modelo dimensional precisa explicar como se constrói a complexidade universal objetiva já detectada. Para tanto, a mesma estrutura precisa combinar-se consigo mesmo, para gerar potencialidades e ensejar o surgimento de complexidade organizativa superior, no mesmo formato da estrutura original<sup>(4)</sup>.

Consideremos o plano subatômico:

- 8.2.2 No modelo metafísico de universo, a existência real brota a partir de instância adimensional de potencialidade absoluta, mediante movimento de padrão transcendental patrocinado por necessidade estrutural de ser, manifesta como impulso para a complexidade. O que emerge tem, inicialmente, apenas uma dimensão; ao desdobrar a segunda, adquire certa estrutura; na terceira, adquire a compleição de partícula, virtualmente na forma de energia; e, apenas na quarta dimensão, conquista tempo, isto é, estabilidade organizativa. Segundo sugere o modelo, na fase inicial, predomina

a instabilidade, posto que a condição de existencial estável somente será alcançada com a segunda transcendência e o atingimento da totalidade.

8.2.2.1 Deixando de lado os quantas, com sua instabilidade, e também o vácuo do espaço, com sua virtual carga infinita de energia (KAFATOS; KAFATOU, 1994), tomemos os *quarks* e os léptons como entidades elementares do universo e vejamos como o modelo dimensional do campo as recebe ou se ajusta a elas.

8.2.3 Segundo o modelo, *quarks* e léptons, em razão de serem partículas estáveis, teriam sido criados a partir de elementos mais simples, talvez quantas, mediante atos transcendentais de segunda ordem. Uma vez estabilizadas na existência, por força do impulso para a complexidade, tais partículas interagiriam dialeticamente entre si, segundo as propriedades disponibilizadas em sua quarta dimensão, virtualmente experimentando arranjos organizacionais tentativos, distintos, até viabilizarem, por transcendência, as complexidades superiores conhecidas por prótons e nêutrons. Com isso, fica criado um novo patamar de complexidade no plano da existência real.

8.2.3.1 Dado que prótons e nêutrons foram gerados por transcendência, fica explicado por que possuem propriedades que não estão presentes nos *quarks* e nos léptons.

8.2.4 Prótons e nêutrons, por sua vez, tendo a mesma configuração existencial dos seus antecessores na escala de complexidade, interagirão também com os seus pares de mesmo nível, entre os quais destacam-se os elétrons, e, sob influência do mesmo impulso para a complexidade, experimentarão arranjos organizacionais distintos até viabilizar os átomos e instituir um novo patamar de complexidade.

8.2.4.1 Dados que os átomos também foram criados por transcendência das partes para o todo, fica igualmente justificado por que têm propriedades que não estão presentes nas suas partes ou partículas constitutivas.

8.2.5 Com os exemplos precedentes, fica claro que a estrutura dá conta de explicar os níveis superiores de complexidade conhecidos, passando pela molécula e pelas ocorrências próprias dos reinos mineral, vegetal e animal, até chegar ao homem, e o despertar da consciência que potencializa o mundo subjetivo.

8.3 Convém observar, entretanto, que o percurso de crescente complexidade acima indicado pressupõe que a complexidade da instância material dos fenômenos e, em particular, os organismos dos seres vivos testemunhem ou espelhem a complexidade dos seres que se valem desses organismos, para lograr permanecer no âmbito da existência real. Essa valorização dos conteúdos próprios da terceira dimensão é própria da concepção cartesiana ou espaço-temporal de universo. Com o modelo dimensional

do campo existencial, o fenômeno que participa da existência real dotado de vida é, sobretudo, um ser, cuja existência se estende por cinco irreduzíveis instâncias dimensionais, das quais apenas uma possui amplitude tridimensional e comporta certa materialidade. Nesse universo, o verdadeiramente importante é o ser, a consciência e o mundo subjetivo que se oferece como horizonte de complexificação do ser, sendo as ocorrências da instância material apenas meios de sustentação e de suprimento de percepções para as operações da consciência.

8.3.1 Nessas condições, a solução orgânica viabilizada configura-se meramente circunstancial, decorrente das particulares condições ambientais nas quais a vida gesta e se manifesta.

8.3.1.1 Neste planeta, com a feição orgânica conhecida, em razão de uma química do carbono, mas alhures de compleição imponderável.

- \* Em termos gerais, cumpre registrar que nos demos conta de que esse esforço de axiomatização, por vezes, abandonou o curso que tecnicamente lhe seria recomendado e enveredou por detalhes e esclarecimentos complementares e, até mesmo, por simples exemplos. Embora isso não tenha ferido a lógica de sustentação do modelo, naturalmente, comprometeu o rigor metodológico do processo. Quando, porém, propusemo-nos eliminar esses desvios, percebemos que as dificuldades de entendimento cresciam na mesma medida em que esses complementos eram excluídos. No final, resolvemos deixar assim mesmo em nome da comunicação e inscrever desafio para que um matemático metafísico futuro proceda a limpeza e resgate o rigor que a Matemática preconiza.

### **Notas sobre a axiomatização**

- 1 A expressão “maior do que a soma das partes” procura capitalizar uma expressão amplamente disseminada do senso comum. Invocamos com ela um sentido não meramente quantitativo, para expressar o surgimento de um qualitativo que, apesar disso, não deixa de ampliar o existente.
- 2 No plano de complexidade no qual se inscreve o humano, esse impulso para a complexidade vai manifestar-se como intencionalidade da consciência, como desejo de saber mais, como impulso civilizatório, como desejo de progresso etc.
- 3 Dado que a publicação de 2011 focaliza o plano subjetivo, deixamos de desdobrar, aqui, os padrões de pensamento potencializados pelas cinco amplitudes presentes no modelo.
- 4 Essa característica de a mesma estrutura ser capaz de combinar-se consigo mesma e gerar um resultado de mesmo formato, conforme exigido para explicar a escala de crescente complexidade conhecida – partículas do mundo quântico – átomos – moléculas – matérias – organismos – consciência – tribo – nação – humanidade etc. –, por si só, impõe a qualquer modelo que pretenda explicar a existência ser dotado de capacidade de transcender, para assim ser capaz de conectar os sucessivos estágios de complexidade.

### **Síntese – Modelo resultante da axiomatização**

Como vimos, uma concepção de universo embasada em um modelo formal de caráter geométrico apresenta, necessariamente, compleição dimensional, dado que apenas a geometria dimensional disponibiliza instâncias capazes de receptionar e de distinguir, adequadamente, atributos absolutos e relativos, em uma mesma estrutura lógica. Nessa estrutura, os atributos absolutos têm caráter potencial e são receptionados em uma instância desprovida de dimensão: em uma instância adimensional. Nesse modelo, a existência real ocupa instâncias providas de dimensão que são em número de cinco e se estendem da primeira dimensão à totalidade fenomênica. Em

consequência, esse modelo revela um mundo que tem origem em uma instância adimensional de potencialidades absolutas e se desdobra em instâncias dimensionais de amplitudes crescentes, possibilitando que a existência real tanto se estruture em instâncias de complexidade crescente quanto imprima a todo existente um impulso estrutural que o impele, necessariamente, à conquista de uma complexidade sempre maior.

Esse modelo formal estabelece o lócus da existência, na medida em que define, ordenadamente, o âmbito no qual a existência se dá e, tratando-se de uma estrutura, pode ser representado adequadamente em diagrama, no plano como exposto na figura a seguir.



Figura 1: Modelo dimensional do campo existencial.

A Figura 1 é a expressão mais sintética que conseguimos do modelo de campo existencial preconizado na tese do logos normativo e indica o lugar geométrico de ocorrência dos fenômenos no plano da existência relativa. Em cada instância dimensional destacada, em razão de amplitude privativa e, também, em razão da presença geral, na estrutura, de um impulso para a complexidade, fica determinado padrão próprio e exclusivo de movimento. Em consequência, as cinco instâncias diferenciadas do campo determinam os modos de manifestação existencial admitidos pelo modelo, e fica mapeada a composição ontológica comum de todos os fenômenos que se manifestam na existência relativa.

Dado, por outro lado, que nos referimos ao mundo usando os produtos da nossa ação subjetiva e dado que os padrões de movimento identificados no campo determinam também os padrões de inferência facultados aos homens, identificamos esses padrões de movimento no plano subjetivo como padrões lógicos e, assim, definimos o logos segundo o qual o pensamento e o entendimento humano podem ocorrer. O resultado é uma estrutura de pura lógica simétrica à estrutura geométrica do campo que admite também ser expressa em uma figura no plano como indicado a seguir.



Figura 2: Modelo representativo do logos normativo da racionalidade humana.

A Figura 2 sintetiza o logos normativo da racionalidade humana e configura o paradigma civilizatório que preconizamos capaz de nos munir com uma visão mais fiel da natureza e do mundo, ampliando nossa capacidade e nossa acuidade interpretativa.

Com essa especificação gráfica do campo existencial e do logos normativo, esperamos ter concluído a apresentação do paradigma e superado eventuais deficiências do nosso esforço de axiomatização do modelo.

### A questão da existência de um ser absoluto

A axiomatização desenvolvida parte da constatação de a condição ontológica designada por nada absoluto ser impossível neste universo – uma vez que nós mesmos existimos – e, sem quaisquer delongas, estende-se na configuração ontológica do existente dotado de compleição relativa. Procede, assim, porque o modelo pretendido objetiva justamente especificar a constituição ontológica de tais fenômenos e porque o caráter geométrico-dimensional lhe impõe, estruturalmente, uma instância adimensional como alicerce transcendental necessário. Dado que essa instância adimensional é a única instância geométrica capaz de recepcionar atributos absolutos, entendeu-se justificado considerá-la fonte transcendental de todos os fenômenos reais, posto que não se pode colocar objeções lógicas à possibilidade de o absoluto gerar o relativo. Com esse alicerce, o modelo pode ser desdobrado até atingir completude formal e evidenciar o seu potencial paradigmático.

Apesar da opção objetiva, visando à construção do modelo, não desconhecemos que a Metafísica, tradicionalmente, já contempla a presença de um ser absoluto como sendo a origem necessária do mundo relativo e do ser contingente, exatamente do mesmo modo que o modelo o faz com o designado por instância adimensional. O modelo do logos, na verdade, geometriza a perspectiva ontológica adotada pela Metafísica, de sorte que adimensional e ser absoluto são apenas diferentes designações referentes ao fenômeno que as religiões, colorindo cada uma à sua maneira, designam por Deus, mas que, em Metafísica, tem o sentido de princípio primeiro.

Inicialmente, pensamos que o plano da obra nos dispensaria de contemplar a questão da existência do ser absoluto, tendo principalmente em conta que o paradigma perseguido constitui um esquema mental e que a história

da polêmica sobre a existência ou não desse ser não registra qualquer dúvida sobre a sua existência na mente humana, mas apenas contestações à sua existência extraconsciência. Olhando, porém, a questão mais detidamente, verificou-se, de um lado, que, embora o modelo seja interpretativo, apresenta forte pretensão de objetividade e, portanto, sentido eidético e, de outro, que as resistências ao modelo, em face da sua consistente simetria estrutural, tenderão a fixar-se nos seus fundamentos – o primeiro deles a ser virtualmente atacado há de ser a existência real de um adimensional capaz de originar a realidade contingente, nos mesmos termos em que se contesta à Metafísica, ainda que, indevidamente, segundo entendemos, a existência real de um ser absoluto extramente.

Em razão dessas considerações, resolvemos fazer um parêntesis, abandonar o plano de cruzeiro da obra e dar um mergulho nessa questão, na expectativa de evitar desnecessários mal-entendidos e, quem sabe, ampliar o alicerce de sustentação da tese.

Não vamos repetir, aqui, a análise detida da questão que Mário Ferreira dos Santos realiza com competência, em sua obra *Filosofia concreta* (SANTOS, 2009), que pode ser consultada por aqueles que desejarem uma visão geral dos principais questionamentos levantados desde a antiguidade. Vamos nos ater e partir já das considerações que levaram Santos a entender como suficiente e absolutamente rigorosa a prova ontológica oferecida por Santo Anselmo e que sanciona, de um modo geral, a tese clássica de um ser necessário, na linha do apregoado por Duns Scot, Tomás de Aquino e Descartes, embora seguindo vias demonstrativas próprias e oferecendo críticas às posições e às razões originalmente esgrimidas.

No nosso entender, a percepção essencial que permitiu a Santos esclarecer a questão foi constatar e demonstrar a diferença que existe entre o que é lógico e o que é ontológico. Com isso, logrou evidenciar e superar as confusões cometidas no uso do par conceitual “possível” e “necessário” que, historicamente, tem sido usado na análise da questão.

Visando a facilitar a compreensão por parte dos não iniciados em Metafísica, vamos utilizar esquemas gráficos para evidenciar as diferenças que Santos identifica entre o que é lógico e o que é ontológico, usando, desde já, o que nos sugere o modelo geométrico do logos, o qual Santos não conhecia quando desenvolveu o seu arrazoado, mas que nos permite esclarecer de forma ainda mais clara a questão.

Quando Santos fala de lógica, está se referindo à lógica clássica aristotélica, presidida pelo princípio do terceiro excluído, que ele percebe ser insuficiente para explicar o mundo, tanto assim que contrapõe a dialética como sendo uma inferência complementar indispensável para que se possa explicar adequadamente o mundo real. Não encontramos, porém, em sua obra, indicação de que tenha percebido a pluralidade lógica que o logos preconiza, embora tenha percebido claramente que não é com a lógica clássica que se deve considerar a existência ou não do ser absoluto, fato que evidencia bem a sua agudeza perceptiva.

Uma das frases que utiliza para expressar essa compreensão é a seguinte: “O verdadeiro conceito ontológico de possível é o que pode ser, e não o que pode ser e pode não ser.” Dessa maneira, Santos procura destacar que,

apenas em sentido lógico, o conceito de possível exige que se considere a impossibilidade como alternativa, fato que não se verifica quando o sentido é ontológico. Vejamos, esquematicamente, as duas situações.

1. Em sentido lógico:

|                      |            |                  |                                 |
|----------------------|------------|------------------|---------------------------------|
| O<br>SER<br>RELATIVO | IMPOSSÍVEL | NÃO<br>REALIZADO |                                 |
|                      | POSSÍVEL   | REALIZADO        | POR ACIDENTE<br>NECESSARIAMENTE |

Observe-se que o ser relativo ou contingente contempla possíveis e impossíveis bem como realizados e não realizados/atualizados.

Fica igualmente claro que, nesse caso:

Nem todo possível é necessário,

Todo necessário é possível, e

O necessário se realiza, necessariamente.<sup>(\*)</sup>

2. Em sentido ontológico:

|                      |                       |   |
|----------------------|-----------------------|---|
|                      | IMPOSSÍVEL            | O QUE CONTRARIA<br>O SER: NÃO SER OU<br>DEIXAR DE SER |
| O<br>SER<br>ABSOLUTO | TUDO<br>É<br>POSSÍVEL | É, E SENDO,<br>EXISTE<br>NECESSÁRIAMENTE              |

<sup>(\*)</sup> Necessário ou necessariamente é usado, aqui, em sentido lógico de um acontecer que não pode deixar de ocorrer (ação obrigatória) e em sentido ontológico de indicar o que não pode ser diferente (em ato).

Observe-se que o ser absoluto, no sentido ontológico, é ou existe, porque sua positividade se estabelece em virtude de o nada absoluto ser impossível, e, sendo, esse ser comporta atributos absolutos, pois o nada, como tal, não apresenta nem comporta qualquer atributo, muito menos propriedade capaz de estabelecer limites ao ser. Esse ser é absoluto porque se trata de uma positividade ôntica livre de qualquer limitação. Observe-se, também, que essa perspectiva é diferente da perspectiva lógica que exige sempre um fundo de referência para receber uma positividade. No caso ontológico, inaugural, o ser constitui a única presença, dado que o nada não comporta a propriedade de oferecer-lhe um contraponto de qualquer ordem. Ontologicamente, o ser absoluto é positividade que exclui o não ser ou o nada absoluto que o negaria.

Nessas condições, a realidade do ser absoluto é ser, ou seja, ele se realiza sendo, isto é, existindo. Ontologicamente, quem não existe é o nada absoluto.

Não sofrendo limitações de qualquer espécie, o ser absoluto não comporta sequer impossibilidades, de sorte que apenas logicamente seria impossível ao ser absoluto não ser ou deixar de ser, razão pela qual incluímos, em linhas tracejadas, essa falsa possibilidade no esquema correspondente. Na verdade, essa impossibilidade não pertence ao ser, mas apenas aos nossos esquemas interpretativos baseados na lógica aristotélica. Nesse sentido, o modelo do logos que especifica a configuração ontológica do ser relativo evidencia, com clareza, que a existência dos entes, no mundo relativo, emerge nesse mundo mediante a transcendência do ser, a partir de instância adimensional de potencialidades absolutas, e ganha complexidade mediante o sucessivo desdobramento de dimensões, cada uma delas impondo uma nova limitação à livre manifestação existencial do ser. O modelo nos informa adicionalmente que, em cada instância dimensional desdobrada, vigora padrão de movimento que configura um padrão lógico específico. Apenas na terceira dimensão, viabiliza-se o padrão de movimento correspondente à lógica do terceiro excluído. Portanto, na medida em que lógica corresponde a movimento, e a própria existência real neste universo relativo é entendida como movimento existencial, não cabe absolutamente aplicar nem as leis dos movimentos nem a mesma conceituação de existência que, ali, vigoram, a um ser absoluto ou ao conteúdo presente em uma instância desprovida de dimensão, que transcende a esse mundo. Além do mais, sendo o mundo relativo palco do movimento, o adimensional insinua-se claramente como sendo estático.

Precisamos compreender que ser é um fato ôntico e não uma operação lógica e que o ser absoluto é segundo uma “natureza própria” que transcende a natureza dentro da qual existimos como seres relativos e pensamos segundo esquemas interpretativos compatíveis com essa natureza relativa. De sorte que, ao pretendermos analisar ou compreender um ser de compleição absoluta, que transcende o mundo relativo que nos fornece os dados de nossa inteligibilidade, precisamos ser cautelosos. É em face desse entendimento que se pode compreender porque Santos conclui que a prova de Santo Anselmo é absolutamente rigorosa. Devemos a Santo Anselmo a percepção de que é possível ao ser absoluto tudo o que não contraria o ser. Embora Santo Anselmo adotasse perspectiva ontológica, essa sentença é lógica, razão pela qual utilizamos sua negação no segundo esquema, vinculada à questão lógica incabível no caso. Constituindo a existência do ser não uma operação lógica, mas um fato ôntico e tratando-se de um ser absoluto que não sofre limitação, precisamos concluir que tudo o que não contraria o ser não apenas é possível, mas também o é ou existe necessariamente, como fato ôntico. Assim, o ser absoluto existe na mente humana como operação lógica e também existe em instância que nos é transcendental, nos seus próprios termos, como fato ôntico, porque, nesse caso, ser exclui a não existência ou o nada absoluto.

Somente podemos compreender isso sendo capazes de realizar inferências lógicas e inferências ontológicas ou, mais precisamente, sendo capazes de operar mentalmente tanto a lógica clássica quanto a lógica transcendental. Esta última é responsável por viabilizar as inferências que nos permitem perceber a emersão e a saída dos seres do plano da existência relativa. Em complemento, para evitar as habituais confusões, precisamos estar

munidos de esquemas interpretativos que contemplem tanto o âmbito dos seres relativos como o âmbito do ser absoluto, tal como o modelo do logos permite. Nesse sentido, quando nos referimos ao adimensional como ser de pura potência, não estamos negando que o ser absoluto seja também em ato segundo sua própria natureza transcendente, mas apenas privilegiando a perspectiva que nos é própria como seres contingentes, condição na qual demandamos, lógica e ontologicamente, uma causa primeira dotada de potencialidades absolutas.

Não se inscreve em nossos objetivos desenvolver uma Teologia a qual compete, no nosso entender, tratar em sentido eidético, das condições existenciais do ser absoluto. Apenas enfrentamos esse problema para não deixar um ponto importante da tese a descoberto. Pensamos, porém, que falar do que transcende ao mundo no qual estamos emersos afigura-se extremamente problemático e, além disso, virtualmente dispensável, mormente quando ainda sequer conhecemos completamente o ser que somos e as potencialidades que o projeto humano comporta. Nesse sentido, quando o modelo do logos caracteriza a instância absoluta como sendo adimensional, isso nos sugere logicamente uma posição estática, que se contrapõe, de modo coerente, à existência relativa caracterizada como movimento. Mas será que podemos conseqüentemente fazer essa inferência? Da mesma forma, a nossa condição contingente que demanda uma causa primeira originária, que o modelo situa em instância desprovida de dimensão, leva-nos a caracterizá-la como sendo de pura potência, embora, como vimos, não possamos, ontologicamente, negar que o ser absoluto o seja também em ato.

Todas essas percepções sobre o que transcende o nosso plano existencial precisam ser tomadas com muita cautela, em face dos limites perceptivos que a nossa condição existencial nos impõe, posto que sequer comporta recursos mentais capazes de predicá-lo.

Assim, também deveriam proceder os monológicos, que, sem distinguir o lógico do ontológico, exigem à Metafísica comprovação lógica da existência do ser absoluto, quando lhe cabe apenas demonstrar a sua possibilidade lógica. Sem entender que a questão da existência do ser absoluto compete à Teologia, não percebem as dificuldades que eles mesmos enfrentariam para provar que o ser contingente se basta a si mesmo para existir, visto que isso exige a comprovação de que o nada absoluto seja capaz de produzir algo. Quando a Metafísica retrocede para além do Big Ben e se posiciona antes do surgimento do primeiro *quantum* de energia no universo, perguntando se, então, existe algo ou não existe nada, procura um ponto arquimédico, um fundamento seguro para embasar o edifício do conhecimento. Ali, antes da manifestação do primeiro elemento relativo, somente cabem duas alternativas: ou existe algo ou não existe nada. Dado que nós próprios existimos e dado que o nada absoluto, isto é, a completa ausência não pode gerar alguma coisa, pois se configura absurdo esperar que isso aconteça, conclui-se pela existência de algo que, nessas condições, afigura-se infinito e eterno: o ser absoluto.

A Metafísica adota a alternativa do ser absoluto, porque adotar a outra opção, a do nada absoluto, implicaria assentar o conhecimento sobre uma base absurda e também porque a opção do ser absoluto permite que se explique o desdobramento existencial do universo, de forma coerente, ainda que não tenhamos compreensão clara da natureza desse ser absoluto. No ponto de partida, o ser se revela absoluto porque o nada não pode oferecer-lhe um limite

de qualquer ordem, portanto, é ilimitado e infinito e, conseqüentemente, absoluto, assim como o próprio nada nessa situação também precisa ser compreendido, mesmo em tese, como nada absoluto. Uma vez admitido o ser absoluto, o desdobramento do universo pode ser explicado pacífica e ordenadamente sem muitos problemas. Na perspectiva relativa, essa fonte original assume foros de ser necessário, e o edifício do conhecimento pode ser erguido sobre um alicerce consistente.

A alternativa representada pela perspectiva imanente que defende a tese de um universo material eterno em que a própria natureza já contempla as potencialidades que se atualizam não resiste a uma análise mais detida. A ideia de átomo como menor partícula da matéria já não pode mais ser invocada da mesma forma que a eternidade dos átomos não resistiu à fissão nuclear. Resta a figura difusa de natureza como algo que, em conjunto e na sua totalidade, seja eterna e capaz de ensejar as atualizações de toda ordem, que se verificam historicamente. Nesse caso, temos duas alternativas: ou essas atualizações decorrem de potencialidades que já fazem parte da natureza e, assim, essa natureza relativa configura-se com potencialidades absolutas e desaguamos no mesmo ser absoluto, ou essas atualizações constituem acréscimos que extrapolam a constituição da natureza relativa e, assim, surgem do nada, e caímos no absurdo já demonstrado.

Por último, cumpre lembrar, mais uma vez, que o logos representa uma proposta de paradigma, uma proposta de referencial subjetivo, que visa a organizar e a tornar metódico o ato de pensar e a função cognitiva em geral. Contempla visão de mundo, porque isso é indispensável para que se consiga realizar inferências coerentes e bem fundamentadas. Com o logos, espera-se que a competência interpretativa do homem se aperfeiçoe e, assim, virtualmente no futuro, ele consiga elaborar visões de mundo ainda melhores e mais aderentes. O que francamente não tem mais sentido é persistir na estreita visão cartesiana de um mundo contido no espaço.

## **Comentários**

Luiz Aires disse:

20/11/2011, às 13h30

Artigo muito bem elaborado. Meus parabéns.

Carlos Leão disse:

26/9/2012, às 00h26

Não tendo lido todos os livros, permita-me uma pergunta: “impulso para a complexidade” poderia ser igualado a “in-formação” explicitado por Ervin Laszlo, em “A Ciência e o Campo Akáshico” – Ed. Cultrix, 2008?

Rubi Rodrigues disse:

7/11/2012 às 14:02

Caro Carlos Leão,

Desculpe-me pela demora, o livreiro de SP demorou doze dias para entregar o livro.

Não conhecíamos a tese do Ervin Laszlo, e a primeira leitura já nos mostrou muita coisa interessante, a começar pelo fato de ele aprofundar um aspecto do logos normativo – os conteúdos da 2ª dimensão, que estavam nos encucando, justamente por indicarem uma virtual integração cósmica da informação e sugerirem algo do tipo “alma do mundo” de Platão. O campo Akáshico de Laszlo, com sua in-formação, corresponde exatamente ao conceito de “inteligência

organizativa”, que define os conteúdos da 2ª dimensão do logos normativo. Ali, está, por exemplo, o código genético que determina a compleição dos organismos dos seres vivos. Quanto ao impulso para a complexidade contido na estrutura do logos, a menção mais próxima que Laszlo faz é quando ele trata do despertar de um novo universo, indicando que a calmaria do campo A seria perturbada pelo advento de um raio de luz, gerando bolhas de energia que resultariam em átomos, estrelas e novas galáxias. Esse raio de luz, provocador do despertar de um novo universo, corresponde a um impulso para a complexidade, na medida em que provoca organizações energéticas crescentemente complexas. No logos, ele está presente em todo fenômeno, conferindo-lhe um ímpeto no sentido de crescente complexidade.

De toda forma, a sua questão nos ajudou muito, porque Laszlo justifica muito melhor do que nós a existência de muitas experiências de laboratório, mostrando ocorrências que exigem o conceito de “não local” como justificativa. O uso do conceito de não localidade é o ponto mais fraco da tese do campo A e, de um modo geral, de todos os esforços científicos contemporâneos em busca de um novo paradigma científico. Ele pressupõe a existência de um universo paralelo ou, ao menos, de um universo outro distinto deste que é tido como universo local. Isso se deve à crença de que o nosso universo se esgota no âmbito do espaço-tempo de Einstein. O logos normativo sugere que nosso universo é mais amplo e contempla cinco instâncias dimensionais distintas, cada uma delas viabilizando conteúdos existenciais próprios. Na terceira dimensão, o espaço e a matéria, e na quarta, o tempo. Nesse esquema, o campo A seria ocorrência da 2ª dimensão e pode perfeitamente compreender inteligência organizativa ou in-formação registrada de modo holográfico. Estando a 2ª dimensão em instância menos complexa e distinta da 3ª e da 4ª dimensões, onde se localizam espaço e tempo, fica justificado por que nela não vigoram as leis que são próprias do espaço e do tempo. Um trabalho mostrando a fragilidade do conceito de não localidade pode ser muito interessante. Obrigado, Carlos, seja bem-vindo ao grupo e continue contribuindo. Rubi Rodrigues.

Rubi Rodrigues disse:

27/2/2016, às 20h52

Paul Tillich, em sua obra História do pensamento cristão (Tradução Jaci Maraschin. 5. ed. São Paulo: Aste, 2015, p. 172), recusa parte do argumento ontológico de Anselmo, por considerar absolutamente válido argumento de Kant – na linha de Duns Escoto e Tomás de Aquino –, segundo o qual a existência não deriva do conceito. Para Tillich, o argumento ontológico de Anselmo é uma descrição fenomenológica da mente humana (p. 171) da qual não se pode concluir pela existência de um ser separado da consciência. Observe-se que, embora verdadeira, essa sentença não impediu a prevalência do penso logo existo de Descartes, que moldou a civilização ocidental durante toda a modernidade, até nossos dias, não obstante, curiosamente, nos mesmos círculos científicos, tenha sido suficiente para contestar a existência de Deus. Também aceitamos a sentença de Kant, porém entendemos que a proposta ontológica de Anselmo, como Santos percebeu, tem sentido ôntico dentro de uma perspectiva metafísica e não sentido gnosiológico tal como entendido por Kant. Na perspectiva do logos normativo, a existência de um princípio absoluto é indescartável para uma compreensão racional do universo, mas também não fornece amparo para uma predicação objetiva desse princípio, posto que ele se encontra em instância situada fora do alcance da racionalidade humana; daí nem mesmo considerá-lo um ser e apenas admitir a expressão ser absoluto como forma comunicativa de expressão.